

# CONFERÊNCIA

---

## O HOMEM DO SÉCULO XVI (1).

---

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores (2):

Sinto-me extremamente comovido pela maneira com que esta cidade de São Paulo, que eu conheço muito bem, me recebeu. Aqui passei algumas horas, há muito tempo, há tanto tempo, antes mesmo do dilúvio: em 1937, há doze anos? Não, pois voltando ontem a esta imensa cidade eu confesso que nada mais encontrei, absolutamente nada, de minhas antigas lembranças, já muito antigas... Mas quem não conhece São Paulo e a sua Universidade nos nossos meios parisienses? Quem não conhece, dentre historiadores e geógrafos franceses, esta Faculdade de Filosofia onde tantos de nós vieram, num espírito de confiança integral e de tôda amizade, colaborar numa grande obra, obra de união entre o vosso grande país e o nosso? Casamento de alguém muito jovem, o Brasil, com um senhor idoso, a França (e eu vos peço perdoar-me por estar invertendo os sexos) que, embora aparentemente desproporcionado, teve resultados bastante felizes.

Depois de dois meses no Brasil, no Rio e seus arredores, na Bahia e neste vasto domínio do nordeste onde eu pretendo voltar se um dia tiver possibilidade, senti-me sempre surpreendido pela fecundidade desta comunhão, desta união da França e do Brasil. Há dias eu admirava, no Rio, êste notável centro de estudos geográficos que com tanto su-

- 
- (1). — Conferência realizada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 2 de setembro de 1949. O texto foi revisado pelo autor. Tradução do Lic. Linneu Schützer.
  - (2). — Quis conservar, propositadamente, nesta conferência o seu ar de palestra, não querendo transformá-la em artigo. Para as referências, e de uma maneira geral para maiores detalhes, consultem-se ou os artigos que publiquei, há tempos, na Revue des Cours et Conférences: "Une civilisation, la Renaissance française", ou o meu livro, "Le Problème de l'Incroyance au XVIIe. siècle, la Religion de Babelais". Quero agradecer a Mme. Spillmann o cuidado com que taquígrafou esta minha palestra e a restituiu sem erros nem omissões.

cesso vem transformando o trabalho de exploração em trabalho científico — um trabalho científico que frequentemente serve a algo de imediatamente útil, um trabalho científico que se impõe à atenção dos vossos governantes, um trabalho que contribui para a grandeza, para o poder e para desenvolvimento dêste grande Brasil de quem nós tanto esperamos, não só na qualidade de amigos franceses do Brasil, mas de simples cidadãos da Pátria humana. Pois bem, na origem de vossa jovem escola de geógrafos houve, há um germe francês. Lembrai-vos dêle, e dêle lembrai-nos sempre, a nós, e nos sentiremos felizes. Mas êsse germe se desenvolveu. O pequeno grupo de discípulos, de outrora, tornou-se uma escola de jovens mestres.

E nós vos invejamos agora, com tôda amizade, por haverdes trabalhado com tal sucesso e por tão bem haverdes feito frutificar a semente importada. — Eis aí um apenas dentre os milhares de fatos desta colaboração da França e do Brasil, feita sem outro sentido que o só cuidado, de nossa parte, de contribuir para a consecução de uma grande obra humana — a realização, amanhã, de um dos maiores países do mundo: o vosso.

Eu digo: desinteressadamente, e tenho o direito de dizê-lo. Muitas vêzes nós franceses, sacrificamos os interêsses imediatos da França, que chamaria de interêsses baixos da pequena concorrência quotidiana, para nos unirmos aos grandes interêsses do mundo. Na realidade jamais fomos maus negociantes, e sempre nos foi dado compreender que os sacrifícios que fazíamos em nomes do que se dizia outrora “espírito europeu” — e que eu preferia dizer “espírito mundial”, não eram vãos. Não foram jamais perdidos.

Uma palavra ainda. Senti-me profundamente sensibilizado com a alusão que acaba de ser feita a êste grupo de amigos, a êste grupo de homens de tôdas as idades e de tôdas as opiniões que se congregaram, aos poucos, em tôrno dos **Annales**. Dentre êstes homens, Marc Bloch, êste grande sábio fuzilado pelos alemães em 1944 por ter sido ao mesmo tempo um bom francês e um bom europeu. Êste pequeno grupo dos **Annales** dá-nos um grande exemplo: o exemplo do que pode, do que deve realizar uma equipe de historiadores que queiram fazer da História algo mais do que é em nossos dias. Que queiram fazer da História, verdadeiramente uma Ciência do Homem. Dêste desconhecido — sôbre quem, precisamente, quero falar-vos nesta noite.

E' certo que a História estuda as obras do homem, mas nem sempre as suas boas obras: Estuda de bom grado e preferivelmente as obras más, digo: as guerras, os conflitos, as oposições de nações e raças, tudo o que divide, separa

e destrói o ideal humano. Mas, que são as obras sem os obreiros, de quem nós nada sabemos?

Assistimos há tempo, há quatro séculos já, isto é, desde a Renascença, a uma espécie de drama, de um grande drama, que a História deveria descrever em tôdas as suas peripécias dramáticas, um drama em que é o homem desempenha o papel principal.

De um lado a religião, a nossa religião de europeus que é essencialmente o cristianismo, e que faz do homem um ser privilegiado, o centro do universo, o centro da criação, o rei dos animais e de tôdas as criaturas vivas. Ora, o cristianismo nos ensina que o homem vive sob uma lei especialmente feita para êle, homem, e que exclui as demais criaturas, reservando-lhe, em suma, uma situação à parte — e pois que o homem já é naturalmente levado a ter de si mesmo uma opinião muito boa, sente-se agora encorajado, pela sua religião, a aumentar ainda mais esta ótima opinião até ao inconsciente.

Inversamente, não há muito tempo, — desde o século XVI que é verdadeiramente um comêço de época — desde o que convencionalmente chamamos de Renascença, segundo nosso caro e grande mestre Michelet, houve o trabalho da ciência. Ela, ao contrário, se decide a derrubar êste mesmo homem do seu pedestal, e fazê-lo entrar na ordem das demais criaturas que não vivem sob nenhuma lei especial e que nem foram criadas por um decreto nominativo da Providência, mas que, como todos os animais, se criaram por espécies na ordem que os precedeu e que os segue: não limitemos, de nenhuma forma, ao pequeno mundo que temos hoje sob nossos olhos, as possibilidades da criação...

A ciência pois nos apresenta o homem na natureza, o homem sujeito, como tôdas as outras criaturas, às leis naturais que se impõem igualmente a êle e aos demais. E aí está o grande drama do homem. Assim se coloca o grande conflito entre a religião e a ciência. Mas, será ainda necessário falar de conflitos? Não se tratará antes de colaboração, pois que a religião está obrigada a levar em conta, os poucos, as transformações que o espírito científico traz ao espírito do homem, a procurar os planos de acôrdo e de seguir, pouco a pouco os progressos da ciência?

Mas a religião é prudente: ela não progride senão lentamente; assume compromissos e aceita acordos guardando todavia — e êsse é um de seus significados essenciais na história da humanidade — a sua posição fundamental. Reservando-se, sempre, o direito de dizer: "Atenção! Moralmente falando o homem não está compreendido na regra comum; asseguremos-lhe sua autonomia de consciência".

Desta forma trabalha no mesmo sentido dos homens de boa vontade que se fazem os campões da liberdade humana, e assim subsiste como uma das grandes forças da liberdade que agem através da História. Mas o homem, o protagonista de tal debate, ter-se-á tornado melhor conhecido?

\*  
\*   \*  
\*

Nós não o conhecemos melhor fisicamente. E a nossa fisiologia humana, a nossa patologia humana? Eu tenho a impressão de que daqui a um ou dois séculos os nossos descendentes falarão delas mais ou menos como Molière falava de seus médicos. A psicologia? Sim, eu acredito no seu grande futuro; mas, afinal de contas qualquer homem de minha geração a viu nascer; eu conheci pessoalmente seus fundadores. Vi homens como Georges Dumas, Pierre Janet, meu prezado e velho amigo Charles Blondel, e Henri Wallon começarem o seu trabalho, bem pelo início, fazendo seus cursos de medicina em seguida à agregação de filosofia, e empreendendo esta longa aprendizagem de medicina e psiquiatria que parecia então indispensável ao psicólogo. Seus progressos já são admiráveis, mas é uma ciência de apenas meio século, e que é um meio século comparado aos dois ou três mil anos das matemáticas?

Um homem da minha idade, igualmente, viu e conheceu êste grande espírito dominador que era Durkheim — êsse Durkheim que criou todo um grupo de jovens mestres, mortos e destruídos, aliás, durante a guerra de 1914-18. A sociologia, tão rica de esperanças, e cujos progressos aguardo com tanta inquietação, é ainda uma ciência em seus primeiros passos; não é uma ciência já segura, ela ainda procura os seus próprios métodos. E' tal como um folclore novo que começa a destacar-se de pequenos episódios anedóticos de província para tornar-se uma disciplina séria e sólida. E quanto à História, nada. Nada há onde exista o homem. O homem não parece interessar ao historiador, para quem, ao contrário, parece ser um nada.

A História já tem os seus métodos que ela declara orgulhosamente "científicos", mas não são mais, até agora, que os métodos do bom senso e do senso crítico, aplicados não ao homem pròpriamente, mas, como vos dizia de início, às suas obras, às obras do homem, e nem sempre às suas grandes obras, às belas obras construtivas da humanidade, e sim, aos seus empreendimentos de destruição, certamente. A História? Até agora só se esqueceu ela de definir o seu objeto. E êste objeto não consiste apenas em

trazer à luz só as crises políticas do passado, as aventuras guerreiras e diplomáticas de outrora — em uma palavra: em estudar perpétuamente o Estado e os Estados, mas sim, o Homem, desde o início o homem, o homem que age, aflito, sofrendo e trabalhando, criando êste magníficos encantamentos de arte e da literatura, construindo, à medida de suas necessidades, as grandes religiões e as grandes filosofias, dotando-se, mental e sentimentalmente de um futuro humano que possa projetar para além de si mesmo e que o leve a libertar-se de seus humildes princípios de bruto, de pobre bruto, mal dotado pela natureza, inferior a tantos brutos poderosos, ferozes e bem armados.

E entretanto, aí está o homem... que admirável campo de estudos e que descobertas a serem feitas... Durante estas duas semanas que eu espero passar em São Paulo, queria dar-vos alguma idéia do que se pode fazer nessas diversas direções (precisamente aquelas que eu procurei seguir cedendo a um incorrigível espírito de curiosidade que sempre me impediu de encerrar-me e enterrar-me numa cova determinada) — queria divagar convosco por alguns domínios privilegiados, ricos pelas perspectivas do futuro e pelas possibilidades; e para começar, esta noite, vou lançar-me a um grande problema.

Diz-se sempre: “O homem é sempre o homem; através dos tempos, para além do tremendo abismo dos séculos, desde o início da humanidade, tal como podemos saber pelos testemunhos explícitos, nós encontramos um homem que é sempre o mesmo” — procurando-se fundamentar êste propósito através de citações muito belas tiradas aos textos antigos, aos textos gregos, particularmente, que nos colocam muito perto, moral e intelectualmente, desta admirável Grécia de quem os grandes pensadores e os grandes escritores nunca deixaram de alimentar a humanidade ocidental através dos séculos. E’ um grande problema. — Pode-se dizer, entretanto, ou pode o historiador dizer: “O homem é sempre o mesmo”? Com a mesma força e com a mesma razão êle pode dizer “Não, o homem muda sempre, o homem varia perpétuamente”, e o trabalho da História consiste, precisamente, em recolocar a cada instante da vida da humanidade, o homem em seu meio e em mostrar o quanto êste meio humano é diferente, profundamente diverso, de época para época.

Eu não pretendo voltar aos gregos. Basta-me, por esta noite, colocar-me no século XVI, no momento que o Brasil começava a existir como país povoado de homens vindos do Ocidente e mostrar-vos como o homem de então, na Europa, era profundamente diverso do homem de hoje.

O homem do século XVI... Parece que podemos tocá-lo com as nossas mãos. Que são quatro séculos na história da humanidade, onde as grandes transformações devem contar-se por milênios? E, entretanto, tomemos o homem desta época, na França. Desde logo nos surpreendemos com um fato.

O homem do século XVI neste velho país que viu tantas civilizações se sucederem, é um nômade. Um nômade que, muitas vezes obrigado, muitas vezes só por gôsto, caminha à aventura procurando encontrar a sua pobre vida, não importa onde. Os “deslocados” não são de agora, apenas... Eles já existem naquela época — e, geralmente, obrigados pela miséria. Imaginemos uma família de camponenses que construiu uma pequena cabana e apascenta duas ou três vacas que lhes dá o de que viver: uma dessas cabanas como as centenas de milhares que existiram entre nós, e que vós conheci bem, hoje, com o seu teto de táboa ou de sapé. Numa bela noite a cabana se incendeia e queima consigo as vacas. Não há bombeiros e não há, sobretudo, companhias de seguros, nenhum seguro... Que acontece a essa família? O pai parte à aventura; a mãe procura entrar para outra casa; as crianças se dispersam e se entregam a sua própria sorte. Nunca mais se verão, muitas vezes. Os relatos dêsse tempo nos dizem e nos repetem: a menor catástrofe exterior basta para desfazer o laço familiar; tal como se fôra um colar de pérolas que se parte, as pérolas rolam por terra, os homens se dispersam — é o que basta para haver infelizes pelas estradas...

Nomadismo — mas que não acontece sòmente aos pobres. Lembremos, em opposição, a Côrte de França, a Côrte dêste grande Rei da Renascença, prestigiado entre todos, que foi o nosso Francisco I. Não se sabe, não se quer mesmo saber que êle passava tôda a sua vida a cavalo, em seus castelos, fôsse do Loire ou dos arredores de Paris; e o resto de seu tempo, a cavalo, precedido, acompanhado, seguido de um grande e brilhante grupo de cavaleiros cortesãos, êle realizava esta viagem perpétua pelo seu reino, começada ao dia de sua sagração e só terminada com a sua agonia.

A Côrte: era um pequeno exército que se deslocava, com suas viaturas, seus carros e suas bagagens. Frequentes vezes acampados, no meio de uma clareira, ali armavam a barraca do Rei. Bem ou mal, ali se instalavam homens e mulheres. Vide as lamentações do pobre Marot. Digo mais, as próprias mulheres, pois também elas viajavam. As damas da Côrte... Vistes já, certamente — há ótimas reproduções — alguns dêstes “crayons” que representam as grandes damas ao tempo de Francisco I. Os “crayons” são belos, mas os

modelos? Feições abatidas, nariz acentuado, maçãs salientes. Os poetas do tempo, Marot, du Bellay, Ronsard, fizeram bem em rimar, em seus pequenos versos, Madame de Lestranges com “figure d’ange” — nós procuramos o anjo, ou os anjos, sem nada encontrar de angelical... E’ que estas pobres mulheres viviam extenuadas... Passavam sete meses a cavalo seguindo o Rei em suas marchas. Algumas vèzes eram empilhadas umas sôbre as outras nos barcos que desciam o Loire e ali, abraçadas durante quatro ou oito dias, contemplando a corrida dos barcos de pesca e as ribanceiras do rio. Dava-se-lhes de comer como a soldados em campanha, quase sempre mal alimentadas. Eram desembarcadas em Gien ou Orleans. E voltando, a cavalo, iam encontrar o cortêjo real para a entrada solene em Paris.

Desde as mais altas até às mais baixas classes da sociedade, a vida nômade era, pois, familiar aos franceses. E digo mais: à vida camponesa.

Hoje, ao contrário, nós somos essencialmente urbanos. Nossos pais do século XVI eram camponeses. Mesmo em suas cidades a vida do campo penetrava: entre as ruas, nos cercados e nos jardins, espalhavam-se bezerros e vacas, porcos e aves domésticas da manhã à noite; e havia mesmo em algumas cidades a instituição do pastor de bairro ou do pastor comunal que tôdas as manhãs vinha buscar os animais para fazê-los pastar fora dos muros da cidade, trazendo-os pelo cair da tarde aos seus estábulos. A vida do campo existia em todo lugar. Ela cercava o homem. Hoje, ao contrário, é o homem que invade o campo; é êle que, levando para o campo os seus hábitos de homem da cidade, procede a uma urbanização do campo.

A êsse tempo a própria população da cidade era metade rural. Em muitas de nossas cidades francesas, por exemplo, havia bairros de vinhateiros que aguardavam, logo pela manhã, que as portas se abrissem para irem trabalhar em suas vinhas. Voltavam, ao anoitecer, trazendo em seus cestos os frutos da terra e em suas faces queimadas pelo sol, com a expressão das coisas da terra, o espírito realista do homem do campo.

\*  
\* \* \*

Êstes homens do século XVI eram ainda homens habituados a contrastes perpétuos. Nós, hoje, sem nenhum perigo, somos homens matizados de côres dissolvidas. Êles, não. O inverno e o verão continuavam a ser-lhes realidades pungentes. Salvo as épocas destas grandes catástro-

fes que sabotam todo o mecanismo da vida moderna, ninguém de nossas cidades que desfrute de um bem-estar médio se preocupa com aquela oposição de estações. Ao inverno, aquece-se, e a casa torna-se doce. Ao entrar, tira-se o sobretudo. Naquele tempo, mesmo para os grandes da terra, a casa no inverno era glacial. Ao entrar vestiam uma capa de pele suplementar — mesmo se, como o Duque de Berry, tal como nos mostram admiráveis miniaturas, pudessem sentar-se ao canto de uma chaminé em que ardessem enormes troncos de árvore — tostados de um lado, e de outro, congelados. Contraste perpétuo: a própria igreja era também uma geladeira abominável, e era preciso usar um boné de pele para ficar ali: o barrete eclesiástico foi de início uma necessidade, e não um adorno ou uma insígnia.

Pois bem: êstes contrastes, calor e frio, verão e inverno, dia e noite, já não existem mais para nós; viramos um botão e temos luz; lemos tão bem à noite como durante o dia. Para o homem do século XVI romper a escuridão, com um pouco de luz, só havia a chama dansante de um fogo de chaminé; algumas vêzes as abomináveis velas de cebo; e para os mais intrépidos, o luar... Lembrai-vos que tais condições não poderiam ser indiferentes a um psicólogo. Ou se poderá crer que uma submissão perpétua do homem a tais duchas alternadas de calor e frio, do dia e da noite não acabam por criar um temperamento inquieto, de uma violência da qual não conhecemos mais as asperezas — nós, que vivemos sempre com tepidez, numa mesma atmosfera “condicionada” e sem contrastes? E mais: a existência de uma polícia que nós criticamos e de policiais encarregados da segurança pública, que nós ridicularizamos (mas que, muito embora, têm seu lado bom, pois nós não nos arriscamos a ser assassinados cada vez que saímos) não constituem um fundo de psicologia em cuja importância não preciso insistir?

Em resumo, e para concluir em duas palavras: o homem do século XVI é o que chamamos em nossos pomares, uma árvore de “ar livre”. Nós, homens do século XX, não somos mais árvores ao ar livre, somos árvores de estufas, com todos os inconvenientes, tôdas as enfermidades, e tôdas as inferioridades das plantas de estufa.

## II

Aprofundemo-nos mais, agora que já inscrevemos o homem do século XVI neste quadro geral.

Hoje vivemos submetidos, e eu o observo sem nenhum entusiasmo particular — a um império tirânico: o das ma-



temáticas. Não há nada em nossa vida atual que não dependa delas. Todos os objetos que nos cercam foram calculados matematicamente. Todas as casas que nos abrigam foram construídas matematicamente. Os bondes, os automóveis e todo o meio de transporte de que nos servimos são o fruto de aplicação de fórmulas matemáticas a diferentes trabalhos sobre a matéria. Em tudo existe a matemática. Em tudo, com as suas duas conseqüências, suas duas características: de um lado a abstração, de outro a precisão.

Pois bem, a esse tempo — quero dizer, ao tempo de Francisco I — onde está a matemática? Ela nunca é procurada; jamais. Na realidade, a matemática de então se encontrava em sua infância da qual não temos idéia alguma. Imaginai que os homens desse tempo — há apenas 450 anos — ignoravam o que há de mais elementar nas matemáticas, o que se começaria a ensinar às crianças de um primeiro ano de escola primária: desconheciam os sinais mais usuais, o sinal **mais**, representado por uma cruz, o sinal **menos**, representado por um traço horizontal. Foi Viète, o grande matemático francês que viveu por volta de 1590-1600, um dos criadores da álgebra, quem primeiro adotou o sinal **mais** de que nossas crianças de hoje aprendem a servir-se em sua primeira infância. O sinal de **igualdade** só entrou para o uso das matemáticas no século XVII. Correi os olhos pelos tratados de matemática desse tempo, em todos os tratados que surgiram desde o início da imprensa até 1620-1630, e não encontrareis a cruz de Santo André, que significa **multiplicado por**: ela foi usada pela primeira vez por um sábio inglês em 1631, mas ninguém lhe seguiu o exemplo, e todos os grandes filósofos, os grandes matemáticos da época, não se servem desse sinal, e sim de um outro, uma espécie de parênteses horizontal.

A confusão existia em tudo: as adições e as subtrações se faziam de muitas maneiras diversas; cada qual tinha o seu método. Procedia-se, geralmente, da esquerda para a direita, e não da direita para a esquerda, como nós as fazemos hoje: e isso até 1600. O grande fundador das matemáticas práticas, e especialmente da contabilidade comercial, Luca Pacciolo, indica três métodos diferentes de subtração e apresenta, exatamente, oito métodos de multiplicação. A dificuldade desta operação elementar assustava os grandes espíritos, e referindo-se a um homem culto desse tempo, dizia-se com muita admiração que ele não hesitava em fazer, não apenas multiplicações, mas, divisões também, o que parecia coisa extremamente difícil.

Vós direis que “tudo isso não é tão importante. Não há necessidade alguma para que **mais** seja representado por uma cruz; poder-se-ia igualmente ter escolhido dois pontos ou dois traços”. Eu estou de acôrdo. Não há necessidade alguma. Mas o que é importante, seja qual fôr o sinal escolhido, é que haja **um** sinal universalmente reconhecido e adotado. Enquanto não houvesse entendimento entre todos os sábios do mundo sôbre estas condições elementares e primordiais do cálculo matemático, a universalidade da matemática era impossível. Para que existisse uma matemática, uma álgebra, era necessário um entendimento prévio: êste entendimento levou séculos a realizar-se.

Sòmente no meado, ou ao fim do século XVII é que êle se realizou plenamente. E enquanto êle não se fêz, as matemáticas se arrastaram e foram arrastadas — não puderam tomar fôrça, e o homem não teve à sua disposição êste meio de formação intelectual tão poderoso que são as matemáticas. Hoje, mesmo em se tratando de um ignorante, pelo simples fato de viver êle num mundo inteiramente “matematizado”, o homem se sente impregnado desta matemática que penetra e satura o nosso mundo. No século XVI, não. E o resultado é que aos homens dêsse tempo faltava precisão de espírito. E se vos lembrardes ainda que para fabricar as suas máquinas só dispunham de um material, a madeira (com a qual, aliás, conseguiram verdadeiras obras primas) compreendereis então o quanto lhes era difícil obter aparelhos de precisão... Ainda no século XVII, a famosa máquina elevatória de Marly-le-Roi, destinada a abastecer com água do Sena o castelo de Versailles, construído em nível superior — esta máquina para a qual foram necessários trabalhos prolongados por vários anos, perdas consideráveis de homens — era uma máquina construída inteiramente de madeira. Obra prima. Mas, de que precisão? Os homens dêsse tempo viviam ainda num mundo suspenso, construído sôbre o tempo, mas sôbre um tempo ilimitado, sem meios para medí-lo.

\*  
\*   \*  
\*

Viret, um dos reformadores da Suíça românica, deixou-nos vários escritos teológicos ricos de sabor. Êle nos conta, alhures, porque os homens de armas, de seu tempo levavam consigo um galo sempre que iam à guerra. Evidentemente, não era para comê-lo; nesse caso levariam galinhas. Não, é que êles queriam ser despertados à noite e saber mais ou menos que horas eram... Cada grupo, ca-

da esquadra levava pois o seu galo. A êsse tempo era o que havia de precisão. Não nos esqueçamos que o primeiro relógio que existiu em Paris, relógio real, ornamentava o palácio de Carlos V. Dêle é que se originou o nome: "Quai de l'horloge". Mas êstes relógios, raros e preciosos, não batiam as horas, e eram apenas munidos de um mecanismo que de hora em hora fazia ouvir um pequeno sinal de sino. Havia um sentinela que, armado um grande martelo, batia sôbre um sino, à mão, um certo número de vêzes: 4 para quatro horas, ou cinco para 5 horas (se não acontecesse de errar em suas contas, o que não era raro). Passando o vigia pela rua, o mesmo sentinela dava-lhe a hora que êle anunciava, como uma boa nova. Mas nunca se contava meia hora, nem os quartos de hora, e muito menos, os minutos: são precisões que só vieram muito mais tarde. Os demais habitantes da cidade ouviam os sinos dos conventos. Sabiam que êles se sucediam em determinada ordem e que era mais ou menos tal ou tal hora. Era só.

No campo, nenhum relógio. Dizia-se: "por volta do sol levante" ou "por volta do sol poente". E dizia-se também: "por volta da hora em que as galinhas levantarem vô". Imagens pitorescas, demais pitorescas, sem nenhum rigor. Que fantasia feliz; ela é que permite aos historiadores consagrarem tantos relatos sábios à discussão das datas em que Rabelais, Erasmo, Lefèvre d'Étaples, Lutero e tantos outros nasceram. Os próprios interessados, que em nada se importavam com isso, também não a sabiam; e por vêzes só recordavam o dia e o mês, o que se explica pela tradição familiar: a mãe se lembrava muito bem do dia em que seu filho fôra levado à Igreja para ser batizado, qual o santo que se festejava e se era estação de dias curtos ou de dias longos, se fazia frio ou calor, se havia chuva, neve ou sol. Guardava-se a lembrança concreta do dia, do mês e da estação, enquanto que a noção matemática do ano era impossível ao homem dêsse tempo, incapaz de aplicar-se à abstração. Vivia da observação, fundada unicamente em fatos concretos. E tudo isso repercute na História; os homens não tinham nessa época sentimento algum da passagem do tempo. Aceitavam sem dificuldade a noção corrente de que se haviam passado exatamente 4004 anos entre a criação do mundo e o nascimento de Jesús Cristo; e ninguém levantava a mínima dúvida sôbre êsse algarismo — nenhuma objeção crítica, que também não existia nos pintores quando, sem qualquer embaraço, pintavam os camponenses de Jericó revestidos de armaduras de Marignan, ou representavam os participantes da cena dramática do Gólgota vestidos de gibões abertos, como no tempo de Francisco I...

E não eram avarentos do seu tempo. Perdiam-no, sem remorse, desperdiçavam-no; consumiam capitais, verdadeiramente enormes, de tempo, em esculturas, arquiteturas, em joalherias extremamente meticulosas — e tudo isso representava dias e dias de trabalho; os artesãos se entregavam, com tôda serenidade, dias e dias ao seu trabalho. Arquitetos, pedreiros, esculptores, ninguém via qualquer inconveniente em passar vários anos dedicados a um único trabalho que nós, hoje, tudo faríamos por terminar em algumas semanas. Aqui, no Brasil, vêm-se elevar, com rapidez prodigiosa, edifícios de 18 e 20 andares; em nossa terra, os parisienses viram, por um século e meio, elevar-se lentamente, ano após ano, com esculturas cuidadosas e meticulosamente, ornamentado dia a dia, um edifício como a Tôrre de Saint-Jacques, que é um testemunho magnífico desta ausência de preocupação pelo tempo que se apressa, pelo tempo que passa — a Tôrre de Saint-Jacques que nos revela ainda, em nossos dias, a quantidade formidável de tempo que os homens dessa época podiam encerrar, negligentemente, nos cofres do próprio tempo.

### III

Quatro séculos e meio, 450 anos apenas, os homens do século XVI... Parece que nós os tocamos com nossas mãos, e entretanto, como êles estão distantes... Mas, caminemos ainda um pouco mais no estudo dêsses homens. Detenhamo-nos, por um instante, no estudo de suas percepções sensoriais.

Hoje, dentre todos os nossos sentidos, é a vista a que mais trabalha. Nós nos apiedamos muito mais dos cegos que dos surdos; é o cego que, em nossas sociedades atuais, nos parece abatido pela maior miséria. Sem dúvida a vista não é tudo. O homem tem as mãos com que pode tudo realizar. Mas as mãos, por quem são guiadas? Pela vista, sem a qual elas poderiam cometer tristes enganos. Pois bem, para os homens do século XVI o sentido da vista é ainda um sentido atrasado. Evidentemente não pretendemos dizer que homens como Albert Dürer, Holbein, Clouet e todos os retratistas franceses de seu grupo não tivessem vistas bem aguçadas: mas eram vistas míopes, e seria o caso de se estudarem as transformações por que passam os olhos de pintores, que assim alcançam a visão sintética dos pintores do século XIX e a visão deformada dos pintores do século XX.

Por outro lado, os sentidos menos intelectuais, o tato, o olfato e a audição, eram, no século XVI os sentidos mais

importantes. Duas palavras apenas sôbre um dêle, a audição.

A audição teve um papel predominante ao século XVI, um dos séculos mais apaixonados pela música que jamais existiu; quase todos os grandes homens do século XVI eram melomaniacos decididos — mas, além da música, quantos outros testemunhos sôbre a importância do ouvido no século XVI, neste século que acabara de descobrir a imprensa e que, cada dia mais se admirava das incomparáveis facilidades que ela trazia ao estudo. Apesar do que, entretanto, parecia às vêzes só dar importância à palavra oral.

Seria fácil demonstrar pelo estudo de nossa literatura. Tomemos o meu velho, o meu caro e grande amigo Rabelais: êle não nos deu um só retrato, a lápis, de seu Irmão Jean. Nunca. Nunca êle nos deteve para dizer: “Esperem, que eu vou fazer o retrato do Irmão Jean”. Vinte vêzes, entretanto, êle nos fêz ouvir o Irmão Jean. E nós o “vemos” ao escutá-lo, ao ouvi-lo falar... Lembrai-vos da tempestade, o Irmão Jean sublevado como a própria natureza, correndo por sôbre a ponte de barcas, dizendo injúrias a um, cumprimentos a outro, debatendo-se como um diabo, gritando, rindo, insultando, urrando... E nós o vemos sem que tenha sido necessário a Rabelais fazer-nos o seu retrato. E digo mais: na narração desta tempestade, que é uma das páginas mais admiráveis, não há uma só palavra de “visual”, uma só palavra sôbre as côres variáveis do mar, uma só palavra sôbre o que, para nós, hoje, seria essencial à descrição de uma tempestade. Tomai, ao contrário uma página de Pierre Loti que tanto falou do mar: tomai a sua descrição das grandes tempestades da Islândia: e nada encontrareis senão côres. Em Rabelais, nem uma só palavra. A tempestade rabeliana se passa em gritos, em urros, em assobios de vento e em estalos de navios. Só é visível porque pode ser ouvida.

\*  
\*   \*  
\*

Caminhemos ainda mais. O século XVI é um século de vida religiosa, é o século da Reforma e da Contra-Reforma. Pois bem: qual a autoridade que os reformadores invocavam? A da Palavra. Que se prestassem ouvidos e que se ouvisse.

A Fé é audição. As obras de Deus, Êle as realiza pela Palavra que faz ouvir aos homens. Lede novamente os profetas. A todo instante êles param e anunciam: “Escutai! Escutai!” — “Ouvi, oh céus, e falarei, diz Moisés no Deute-

ronômio (cap. 32), e ouça a terra as palavras de minha boca!” Algumas vêzes êles se irritam: “Êles não ouvem, êles não querem ouvir.” Não prestai ouvidos à grande injúria feita a Deus. Lutero o diz textualmente: “Eis porque *sòmente* os ouvidos são os órgãos do cristão, **ideo solae aures sunt organa christiani hominis, quia ex nullis membri operibus, sed de Fide justificatur**”. De Fide, pela fé, que é audição. Dessa forma os reformadores do século XVI, sem muito esforço, se juntam aos profetas de Israel que caminhavam falando e pregando aos homens... que os escutavam sem tomar qualquer nota. E que, aliás, tinham, por isso mesmo, uma faculdade extraordinária de guardar de outiva todo o som ao seu alcance. Faculdade que nós perdemos. Experimentai. Evocai uma cena cinematográfica que vistes ontem, à noite, e um discurso que ouvistes, ontem, também, à noite, pelo rádio. E vereis se a vossa memória auditiva é mais forte que a vossa memória visual... o que duvido!

Nós sabemos das notícias, pelos jornais, **lendo**. Êles as sabiam de boca em boca, **ouvindo**. E a capacidade de escutar que tinham era verdadeiramente prodigiosa. Lembrai-vos das prédicas, que podiam durar horas seguidas, a uma multidão que se acotovelava para ouvi-las, nas igrejas, nos pátios, nos átrios e nos próprios telhados das casas vizinhas. No princípio eram os ouvidos! Primeiro ouvir! Depois, ver!

\*  
\* \* \*

Tudo isso nos abre um campo imenso de estudos. Eis o que é conhecer o homem. Instaurar estudos sôbre questões dessa natureza. São estudos difíceis, eu o sei — e a dificuldade vai desde a criação dêsses problemas que precisam ser inventados, à sua colocação em forma própria e à demonstração de que há problemas onde ninguém vê problema algum. Que a dificuldade não nos desanime, entretanto. E' preciso que a História se entregue a êles. E' preciso que ela nos dote de uma **história humana da humanidade**.

História dos sentimentos? Nós nem esboçamos ainda uma história do amor. “Êste sentimento eterno”... dito apressadamente. Mas de quantos milhares de visões transitórias não se reveste a eternidade? E o trabalho da História é reconstituir tôda essa série. — História do ciúme? Nada. História da crueldade? Nada. História do medo? Nada. Não temos sequer uma história da vida humana e do preço que os homens dão a ela, um preço que sempre variou, pois há épocas em que a vida do homem nada vale e

outras, em que ela vale tanto que parece ser o “todo” para a humanidade. Quando tivermos em mãos tôdas essas histórias, então começaremos a ver claramente qual o nosso trabalho, e não teremos mais tanta dificuldade em definir a função da História, nós saberemos o que queremos ser — e poderemos retomar a fórmula: “História, ciência do Homem”. História que restaura ao homem a sua fisionomia verdadeira. História que dá à Humanidade, na sua marcha, tôda a certeza da Ciência.

**LUCIEN FEBVRE**

Professor do “Collège de France”.